



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

## REQUERIMENTO

**Assunto:** *Solicitando ao prefeito informar se procede a informação de que as escolas da rede municipal foram orientadas a utilizar recursos próprios, como os do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), para a aquisição de utensílios e panelas de cozinha, por ausência de verba específica da Secretaria Municipal de Educação para esse fim.*

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito para que através do setor competente da Municipalidade envie a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. Procede a informação de que as escolas da rede municipal foram orientadas a utilizar recursos próprios, como os do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), para a aquisição de utensílios e panelas de cozinha, por ausência de verba específica da Secretaria Municipal de Educação para esse fim?
2. Caso a informação proceda, quais critérios foram utilizados para tal orientação?
3. Qual foi o orçamento total aprovado para a Secretaria Municipal de Educação neste exercício, com detalhamento da proposta enviada à Câmara Municipal?
4. Quanto desse valor foi efetivamente executado até o momento? Encaminhar demonstrativo de despesas com a respectiva fonte de recurso.
5. Caso confirmada a insuficiência de recursos, quais medidas estão sendo adotadas pela administração para garantir a aquisição dos itens básicos de funcionamento das escolas, sem prejudicar o aprendizado e o bem-estar dos alunos?





**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Justifico que este requerimento decorre de relatos recebidos por este Vereador, e visa assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento do dever constitucional do município em prover uma educação pública de qualidade.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO**

**Vereador – REPUBLICANOS**

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

